

Nós confiamos em Deus

# JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO – IDELB

Órgão Oficial de Comunicação Social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB Ano VI – Nº 22 – Outubro / Novembro / Dezembro – 2016

## EDITORIAL



*O* *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é o órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, deixando evidente que sua proposta é ser diferente dos demais, sobressaindo-se, principalmente, pela qualidade e pela eficiência das informações nele contidas. Traz de maneira prática e objetiva a história do Brasil.

É destinado a divulgar as ações de jornalismo, *marketing* e responsabilidade social e institucional do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase, especialmente, ao importante trabalho técnico-operacional desenvolvido pelo Poder Legislativo no que tange ao trabalho legislativo praticado pelas Comissões Permanentes e Temporárias do Congresso Nacional, instaladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A missão deste veículo, *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira, bem como na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Acreditamos que as informações contidas nesta publicação contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira que esta venha a exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade fiscalizadora dos poderes constituídos, para que venhamos a desfrutar um futuro melhor, com maior dignidade e justiça social para todos os brasileiros.

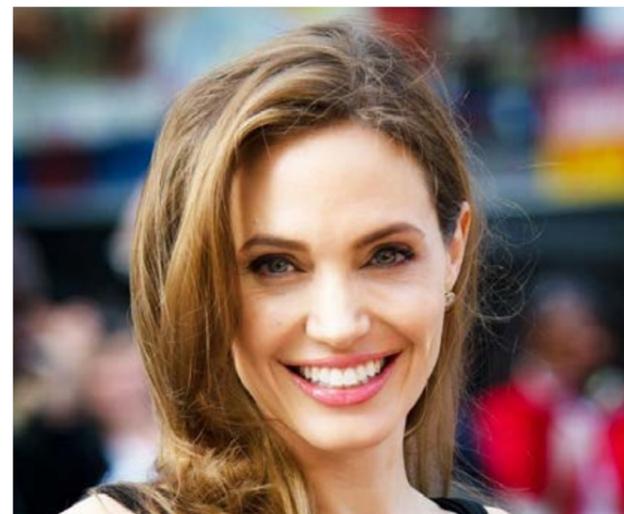
O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* traz ao público leitor sua contribuição inarredável, imprimindo, assim, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher uma lacuna, visando a manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais praticadas pelo sistema bicameral do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo este o poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma forte e soberana nação.

Com dinamismo profissional, idealismo e perseverança, desenvolvemos um trabalho difícil e árduo, em que contamos com a importante proteção de DEUS e a colaboração de parlamentares, parceiros profissionais e patrocinadores, sendo recompensados pelo magnífico resultado alcançado.

Boa leitura a todos e até a próxima edição. Um grande abraço!

Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA  
Editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*  
Jornalista Responsável (DRT nº 36.203/SP)  
Membro da Associação Brasileira de Jornalistas (ABJ nº 1.076)  
Escritor, Autor da obra acadêmica *Os Meandros do Congresso Nacional*  
*Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras*  
Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB  
E-mail: presidente@idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

## NESTA EDIÇÃO:



**Angelina Jolie**  
Atriz, Cineasta e Ativista Humanitária Americana  
'Nós sempre seremos uma família', diz sobre divórcio com Brad Pitt



**Nigel Farage**  
Partido de Independência do Reino Unido (Ukip)  
O líder britânico do Brexit janta com o Presidente dos Estados Unidos Donald Trump, em Washington, D.C.



**Barack Obama**  
Presidente dos Estados Unidos da América  
O que o Presidente Barack Obama pode fazer nas poucas semanas que lhe restam na presidência dos EUA?

**Todo**  
**mundo**  
entende  
**um pouco**  
de **publicidade,**  
procure  
quem  
entende  
**muito.**

Com mais de uma década de atuação, a WT Publicidade é uma agência de comunicação que atende diversos segmentos, como alimentício, logístico, imobiliário, hoteleiro, saúde animal e, principalmente, saúde humana.

A abrangência de contas atendidas demonstra a criatividade e a capacidade da WT em atender as expectativas e se moldar conforme as necessidades de seus clientes. A relação com as empresas é muito próxima, o que permite o contato direto a todos os colaboradores da agência, estabelecendo agilidade e pontualidade em todos os processos. Além da área *offline*, temos um portfólio com inúmeros materiais digitais, entre *movies*, materiais interativos, *games* e etc.

Entre em contato e descubra quantas ideias a WT tem para a sua empresa.

11 5181.5599  
wt@wtpublicidade.com.br  
www.wtpublicidade.com.br

Avenida das Nações Unidas, 18.801  
Conjuntos 1218 e 1219 - Santo Amaro  
São Paulo - SP - 04795-100





# O PODER LEGISLATIVO É O SUSTENTÁCULO PLENO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

## EXPEDIENTE

ANO VI – Nº 22 – Outubro / Novembro / Dezembro – 2016

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é uma publicação trimestral do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB. Todos os direitos são reservados.

Nossa missão está pautada na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

**Editor e jornalista responsável:** Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA (DRT nº 36.203/SP)

**Colaboração especial:** Aliádne Damázio

**Colaboração jurídica:** Dr. Luis Alexandre Oliveira Castelo

**Projeto gráfico e diagramação:** Fábio Manfrinato

**Fotos:** Saulo Cruz

**Revisão:** Sílvia Fernanda Bovino

**Distribuição e circulação:** Nacional

**PODER EXECUTIVO:** Presidência da República, Vice-Presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

**PODER LEGISLATIVO:** Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

**PODER JUDICIÁRIO:** Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União.

**REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS:** Embaixadas e Consulados Estrangeiros no Brasil.

**ORGANISMOS INTERNACIONAIS COM REPRESENTAÇÃO NO BRASIL:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização dos Estados Americanos – OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD e Fundo Monetário Internacional – FMI.

**ENTIDADES DE CLASSE:** Confederação Nacional da Indústria – CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo – SINICESP, Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPI, União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA, Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-SP, Ordem dos Parlamentares do Brasil – OPB e Agência Nacional de Petróleo – ANP – Setores de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Energias Renováveis.

**EMPRESAS ESTATAIS:** Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Comunicação S/A – EBC e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM.

**PÚBLICO-ALVO:** Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Empresários, Estudantes e Professores, Representantes de Entidades de Classes e Corpo Diplomático.

**Tiragem:** 30 mil exemplares.

**Endereço:** Avenida Mário Lopes Leão, 1.500 – 12º andar – Conjunto 1.201 – Condomínio NovAmérica Office Park – CEP 04754-010 – Santo Amaro – São Paulo – SP – Brasil.

**E-mail:** idelb@idelb.org.br – **Site:** www.idelb.org.br – **ISSN:** 2358-5374.

\* Não são de responsabilidade do *Jornal Notícias do Congresso Nacional* os conteúdos que constam nas notas e nos artigos assinados. Não há responsabilidade sobre qualquer conteúdo publicitário anunciado nesta edição.

\* Toda informação de caráter estatístico de todas as áreas, assuntos e temas assinados por este editor tem como base de pesquisa as fontes oficiais governamentais e privadas, bem como organismos internacionais.



*Nós confiamos em Deus*





Nós confiamos em Deus

# Acesse a versão completa do Jornal Notícias do Congresso Nacional no tablet e no celular.

## VERSÃO DIGITAL

Baixe o aplicativo por meio da Apple Store ou do Google Play e visualize um conteúdo consistente sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e sustentáveis.



www.idelb.org.br



BAIXE GRATUITAMENTE O APLICATIVO DO JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL PARA IPAD E ANDROID.



Angelina Jolie

Atriz, Cineasta e Ativista Humanitária Americana

# ‘NÓS SEMPRE SEREMOS UMA FAMÍLIA’, DIZ ANGELINA JOLIE SOBRE DIVÓRCIO COM BRAD PITT

**Atriz falou pela primeira vez sobre a separação à BBC. ‘Meu foco está nas nossas crianças’, afirmou.**

Angelina Jolie classificou como um momento “difícil” o divórcio com Brad Pitt, com quem foi casada por três anos até setembro de 2016. Em entrevista à BBC britânica, a atriz falou pela primeira vez sobre a separação, uma das mais comentadas dos últimos anos.

“Muitas pessoas estão nessa situação também. Minha família inteira tem enfrentado esse momento complicado. Meu foco está nas minhas crianças, nossas crianças”, afirmou a artista. “Nós somos e sempre seremos uma família. Estou tentando achar o caminho para que isso nos torne mais fortes e próximos.”

A atriz falou à BBC no Camboja, para onde viajou para lançar seu novo filme, “First they killed my father: A daughter of Cambodia remembers” (ainda sem título em português), que é o 5º trabalho da estrela de Hollywood na direção. Foi a primeira grande aparição pública de Jolie desde o anúncio da separação. O filme, coproduzido pelo diretor cambojano indicado ao Oscar Ritthy Panh e distribuído pela Netflix, é uma adaptação das memórias da ativista cambojana Loung Ung durante os anos de governo do Khmer Vermelho (1975-1979). A trama narra, na perspectiva de uma menina de cinco anos, o horror da evacuação em massa de Phnom Penh e sua luta para sobreviver durante os anos em que morreu um quarto da população do Camboja (cerca de 1,7 milhão de pessoas) por causa da fome, dos trabalhos forçados e das execuções.

## Divórcio tumultuado

Jolie pediu o divórcio de Pitt em Los Angeles, citando diferenças irreconciliáveis com o ex-marido, segundo documentos judiciais divulgados por agências internacionais. A data da separação mencionada foi 15 de setembro de 2016. O casal estava junto desde 2004, mas só se casou em agosto de 2014.

O rompimento foi repentino, seguindo um incidente no qual Pitt teria perdido a paciência na frente de pelo menos um de seus seis filhos. Jolie busca a custódia integral das crianças, com direito de visita do pai. Ela, porém, não quer o apoio dele na criação dos filhos. Em novembro, o ator foi inocentado de alegações de conduta abusiva e pediu a custódia compartilhada.

## Angelina Jolie e Brad Pitt chegam a acordo pela custódia dos seis filhos

A guarda vai ficar com a atriz; o pai poderá fazer visitas terapêuticas. O casal se separou após 10 anos; mau comportamento do ator teria sido causa.

Os atores Angelina Jolie, de 41 anos, e Brad Pitt, de 52 anos, chegaram a um acordo sobre a custódia de seus seis filhos dentro das negociações envolvendo a separação. A atriz entrou com o pedido de divórcio em 19 de setembro. Angelina Jolie e Brad Pitt estavam juntos desde 2004 e oficializaram o casamento em agosto de 2014.

“Com este acordo, as seis crianças permanecerão sob custódia da mãe e continuarão com as visitas terapêuticas com seu pai”, afirmou um representante da atriz em uma nota dirigida ao programa de TV “Entertainment Tonight”.

Angelina Jolie e Brad Pitt assinaram o acordo. Eles foram aconselhados por especialistas em cuidados infantis. A fortuna de Angelina e Pitt supera US\$ 500 milhões, estimam analistas. O acordo de divórcio de Pitt e Angelina prevê terapia e teste de drogas.

Angelina Jolie e Brad Pitt assinaram há mais de uma semana o acordo. Eles foram aconselhados por especialistas em cuidados infantis. A nota de imprensa não forneceu mais detalhes sobre os termos do acordo.

Depois de mais de uma década juntos e apenas dois anos após o casamento, Angelina pediu divórcio e solicitou a custódia legal dos seis filhos. O cambojano Maddox, o vietnamita Pax e a etíope Zahara são adotados. Os biológicos são Shiloh e os gêmeos Knox e Vivienne.

Brad Pitt, que na proposta inicial de Angelina Jolie só tinha direitos de visita a seus filhos, apresentou em 4 de novembro sua resposta judicial, na qual pediu a custódia compartilhada, física e legal, das crianças.

A guarda dos filhos é um ponto de atrito, especialmente após as informações sobre o tratamento que o ator dava a seus filhos teria sido uma das causas do divórcio.

Neste sentido, o Departamento de Infância e Serviços Familiares de Los Angeles abriu uma investigação após um suposto incidente no avião privado da família, em setembro. A suspeita é que Brad Pitt agrediu verbalmente e fisicamente Maddox, de 15 anos.

Depois disso, o casal chegou a um acordo temporário a respeito da custódia dos filhos, até que se chegasse a uma resolução definitiva.



Os atores Angelina Jolie e Brad Pitt.



Os atores Brad Pitt e Angelina Jolie.





Nigel Farage

Partido de Independência do Reino Unido (Ukip)

# O LÍDER BRITÂNICO DO BREXIT NIGEL FARAGE JANTA COM O PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DONALD TRUMP, EM WASHINGTON, D.C.

O líder britânico do Brexit Nigel Farage foi fotografado sentado com o Presidente dos EUA Donald Trump ao lado de sua filha Ivanka Trump, e de seu marido e Conselheiro Sênior da Casa Branca Jared Kushner, e o governador da Flórida, Rick Scott, no hotel de luxo do presidente em Washington, D.C.

Nigel Farage, em reunião com Presidente dos EUA Donald Trump, disse que acredita que a Grã-Bretanha “tem um excelente embaixador que conhece bem a administração, incluindo o Presidente Donald Trump”. “Temos processos formais e bem estabelecidos para se comunicar com a administração dos Estados Unidos e esses são os que usamos. Eles sabem que nos comunicamos através dos canais existentes, estou 100% certo de que eles estão cientes disso”.

O jornalista Benny Johnson, que disse que o serviço secreto “invadiu o lugar” antes da chegada do Presidente dos EUA Donald Trump, estava mantendo a vigilância do grupo no hotel Trump International.

Falando na Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC) em Washington, na sexta-feira, Farage disse que o voto Brexit e eleição Trump tinha lançado uma “grande revolução global”.

Ele acrescentou: “E não vai parar, é um que vai rolar em todo o resto do grande mundo.”

Farage disse que estava orgulhoso de ter apoiado Trump nas eleições e atacou a mídia principal dos EUA por estar “em profunda negação” sobre a vitória de Trump, mas disse que os americanos como um todo iria crescer para apreciar seu novo líder. “Assim como Brexit se torna mais popular por dia, o presidente Trump se tornará mais popular na América por dia”, disse ele.

Enquanto Farage fazia mais esforços para alinhar-se com Trump, de volta à Grã-Bretanha Ukip (Partido de Independência do Reino

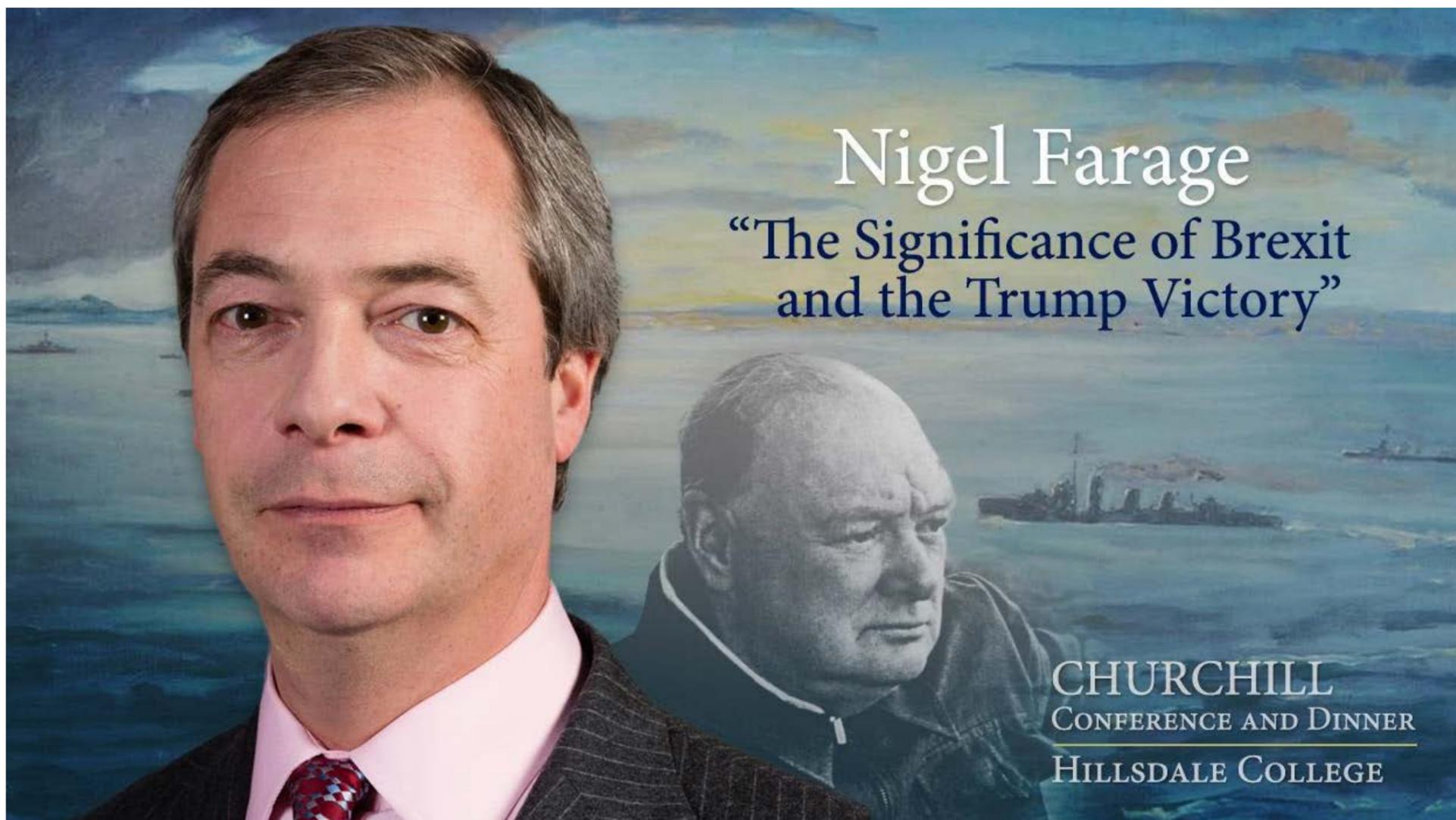
Unido) estava lidando com a queda de sua derrota para o Partido Trabalhista na eleição de Stoke-on-Trent (cidade do condado de Staffordshire, na região de West Midlands, na Inglaterra).

O vice-líder do partido, Peter Whittle, admitiu que pode ter sido um erro para o líder, Paul Nuttall, correr para o partido em Stoke-on-Trent Central tão cedo em sua liderança. Falando em Andrew Marr Show da BBC1, o membro da assembleia de Londres disse: “Se houve um erro que cometemos, talvez Paul não deveria ter corrido tão cedo. Ele só foi líder por 12 semanas. As pessoas não tinham conseguido conhecê-lo suficientemente bem, eu acho. Nós não ganhamos desta vez - há muitas eleições paralelas chegando”.

Nuttall, que Whittle disse não pôde aparecer na mostra como teve um feriado reservado imediatamente após o resultado da eleição, veio em segundo em Stoke, apenas aumentando a parte do partido do voto apesar da promessa de Ukip de agarrar o poder do trabalho.

Whittle desmentiu ameaças de Arron Banks, principal doador de Ukip, para criar outra festa, a menos que ele fosse nomeado presidente, dizendo que havia outras pessoas que iriam fornecer dinheiro. Os bancos ameaçaram puxar seu financiamento a menos que seja feito presidente assim que pode “limpar” membros e parar o partido que está sendo “funcionado como uma venda do jumble”. Perguntado se ele não queria que os bancos fossem o presidente do Ukip, Whittle respondeu: “Seria uma conversa muito interessante”. Eu sempre fui muito, muito grato pelas contribuições de Arron.

Se Arron tirar seu dinheiro, há outras pessoas. Obviamente eu não gostaria que isso acontecesse. Este tipo de intervenções são run-of-the-mill, eles acontecem o tempo todo dentro do nosso partido. Faz parte da política. Eu acho que a diferença é que, com a gente, as pessoas tendem a ver uma espécie de situação de “fazer ou morrer” em praticamente todas as controvérsias.



O líder Britânico do Brexit Nigel Farage.



O Presidente dos EUA Donald Trump com o Líder Britânico do Brexit Nigel Farage.





Barack Obama

Presidente dos Estados Unidos da América

# O QUE O PRESIDENTE BARACK OBAMA PODE FAZER NAS POUCAS SEMANAS QUE LHE RESTAM NA PRESIDÊNCIA DOS EUA?

Após oito anos como Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama será substituído no dia 20 de janeiro de 2017 por Donald Trump, que durante a campanha eleitoral prometeu dismantelar todas as políticas emblemáticas que ficaram como legado do atual mandatário. Os nomes anunciados para o futuro gabinete parecem confirmar a intenção de Donald Trump de reverter o que muitos viram como avanços nas áreas de saúde - como o programa *Obamacare* -, combate à mudanças climáticas e política externa.

Do seu lado, Obama segue, mesmo que há poucas semanas de sua saída, levando adiante iniciativas que vão de encontro a planos de seu sucessor.

Que poder terá Ivanka, filha de Donald Trump, em seu governo?

Jovem conta como vício em pornografia afetou vida sexual: 'Mulheres normais não me excitavam'.

Esta semana, por exemplo, seu governo tentou tomar as rédeas das iniciativas internacionais para pressionar Israel a fechar um acordo com os palestinos. O processo de paz na região praticamente empacou nesses oito anos, em parte pela relação pouco amistosa entre Obama e o primeiro-ministro de Israel, Benyamin Netanyahu.

Com abstenção dos EUA (que dessa vez não votou contra), o Conselho de Segurança da ONU aprovou na sexta-feira passada uma resolução exigindo que Israel imediatamente "cesse todas as atividades de assentamento no território palestino ocupado, incluindo na Jerusalém Oriental".

A resolução deixa claro que, na visão do órgão, os assentamentos de Israel em território palestino são ilegais de acordo com leis internacionais e inviabilizam uma solução pacífica para os dois povos.

Segundo informações da mídia, o secretário de Estado dos EUA, John Kerry, deve apresentar nesta quarta-feira as linhas gerais da proposta americana de um acordo de paz israelense-palestino, com a ideia de levá-lo para apreciação - e aprovação - de um encontro em Paris de ministros do exterior no dia 15 de janeiro - cinco dias antes da posse de Trump.

Essa reunião seria o passo derradeiro do governo Obama no sentido do que Julian Borger, editor de relações internacionais do jornal britânico *The Guardian*, chama de "reforçar a estratégia (internacional) de isolar Netanyahu para pressioná-lo a retomar negociações com os palestinos". O governo Netanyahu reagiu dizendo que apresentará ao governo Trump "provas irrefutáveis" de que o governo Obama "conspirou" nos bastidores contra os interesses de Israel.

## Meio ambiente e Guantánamo

Como iniciativa de reta final de governo na área do meio ambiente, o presidente americano utilizou uma lei antiga, que existe há mais de 60 anos, para limitar indefinidamente a exploração de petróleo e gás em partes do Ártico e do Atlântico Norte. Também informou ao Congresso que pretende transferir 18 dos 59 presos que ainda estão em Guantánamo para outros países, entre eles, Itália, Omã, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos.

As duas decisões são sobre assuntos em que Obama e Trump têm posições completamente opostas.

Se Obama aposta na luta contra a mudança climática e nas restrições à emissão de gases que causam o efeito estufa, Trump disse que derrubaria restrições à exploração de petróleo nos EUA.

Se Obama quis - sem conseguir - fechar a prisão de Guantánamo, Trump disse que vai lotar a mesma com "caras maus".

A insistência de Obama nessa reta final de mandato, no entanto, não é por acaso.

Segundo a rede de TV americana CNN, que citou fontes do governo, Obama instruiu sua equipe a fazer um levantamento das principais áreas do governo que podem ser protegidas da chegada de Trump à Casa Branca.

"É comum que um presidente faça coisas para impedir que o sucessor execute o contrário, embora ele saiba que qualquer medida aprovada com uma canetada pode ser desfeita da mesma forma por quem o sucede", disse Jeffrey Engel, diretor do Centro de História Presidencial da Southern Methodist University, que fica em Dallas, Texas.

"Os presidentes que são sucedidos por alguém que fez campanha prometendo desfazer o seu legado têm uma tendência maior a fazer mudanças mais dramáticas", acrescentou, em entrevista à BBC Mundo, o serviço em espanhol da BBC.

O especialista destacou ser comum que os governantes na fase final na Casa Branca tentem corrigir situações antes que o novo governo comece.

Este seria o momento em que geralmente presidentes costumam rever assuntos que vão ficar como seu legado pessoal.

"Não creio que Obama esteja trabalhando mais intensamente nisso do que os governantes anteriores", disse Engel.

## Responsável até o fim

Embora nos EUA os presidentes em fim de mandato sejam chamados de "patos mancos" - numa referência à queda da sua influência por estarem com os dias contados na Casa Branca - legalmente eles mantêm todos os poderes até entregarem o cargo ao sucessor.

A responsabilidade presidencial continua existindo até o último minuto, como pôde verificar o então presidente Ronald Reagan, que horas antes de entregar o cargo ao sucessor, George Bush, foi impedido de passar à equipe do novo governo as chaves e códigos que controlam o arsenal atômico americano.

"Colin Powell, que então era o assessor para Segurança Nacional, lembrou que Reagan continuava sendo presidente até a hora da cerimônia de posse", disse Engel.

Por isso, é normal que durante as últimas semanas no cargo os governantes sigam tomando decisões, algumas polêmicas. O presidente George Bush, por exemplo, se preocupou em criar leis sobre temas ambientais, assim como acordos com a China que considerava importantes.

"É preciso lembrar que uma das decisões mais importantes que Bush pai tomou na política externa foi mandar tropas americanas para a Somália. E foi tomada depois que ele perdeu a eleição para Bill Clinton", continua Engel.

"Ou seja, é perfeitamente possível um governo nos seus últimos dias colocar o país em maus lençóis na política externa".

## O que Obama pode fazer?

"Acho que o presidente Obama estará buscando formas de assegurar o progresso que fez nos assuntos ambientais e nas relações internacionais", disse o escritor Michael D'Antonio, autor de *The Legacy of Barack Obama - A Consequential President*.

"Isso pode incluir passos como a decisão de proteger o Atlântico Norte da exploração de petróleo, assim como inesperados avanços diplomáticos", acrescentou.

Engel, por sua vez, acredita que Obama deve manter um certo controle e evitar a tentação de ir longe demais.

"Tenho certeza que Obama está interessado - como todos os presidentes - em preservar o seu legado, mas como advogado constitucionalista, ele entende que tudo o que fizer também poderá ser desfeito pelo seu sucessor. Não tenho visto sinais de que ele esteja disposto a fazer mudanças dramáticas", destacou.

O especialista acha que a recente decisão de proibir a exploração de petróleo no Ártico é simbólica e pequena, quando se analisa o contexto, porque ainda há muitos locais onde a extração é permitida.

"No fim do seu mandato, o presidente George W. Bush aprovou uma lei similar para proteger novas áreas da pesca predatória", lembrou.

D'Antonio, por sua vez, acredita que Obama deve estar abrindo caminho para um papel fora da Casa Branca com uma agenda interna e global.

"Ambas (as agendas) devem estar voltadas para o tema da democracia. No momento, a vida cívica está sob pressão dentro e fora dos EUA e acho que ele está muito preocupado com isso".

O escritor também acredita que seja possível que o presidente americano tente chegar a algum entendimento com o seu sucessor "pelo bem do país".

"Desconfio que Obama acha que Trump está pouco preparado e que precisa de assessoria", disse.

Engel crê que, durante as semanas que ainda lhe restam, Obama trabalhará no seu discurso de despedida.

"Ele é um dos melhores escritores que já passaram pelo Salão Oval desde Theodore Roosevelt e, por isso, imagino que esteja trabalhando muito para que as últimas palavras sejam realmente suas", disse.

Mas, além, do discurso, é possível que Obama tenha preparado alguma decisão surpresa para ser anunciada antes de deixar a Casa Branca?

O atual ambiente político nos ensina que devemos sempre estar esperando surpresas.



Casa Branca, em Washington, DC.



Barack Obama, Presidente dos Estados Unidos da América.





**Dr. Josué dos Santos Ferreira**

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

# SEGURANÇA JURÍDICA NO BRASIL – EXISTE?



Segurança Jurídica é um princípio básico do Estado Democrático de Direito. Tem como alicerce o conjunto de leis que preveem os atos permitidos e proibidos e suas respectivas consequências. O principal objetivo da Segurança Jurídica é assegurar aos cidadãos a estabilidade nas relações judiciais, submetendo o Poder Público ao dever de garantia estabilidade, realização do direito e, principalmente, previsibilidade para os indivíduos em relação aos efeitos jurídicos.

Para haver Segurança Jurídica é imprescindível que haja estabilidade e previsibilidade na aplicação das leis constitucional e infraconstitucional e dos princípios quando aplicados em situação de conflito. A jurisprudência, quando adequadamente manejada, é um instrumento que poderia ser utilizado para aumentar a Segurança Jurídica.

Embora a Constituição Federal de 1988 não exponha textos expressos sobre a Segurança Jurídica, isso não nos impede de vislumbrar enunciados que remetem diretamente a ela. Como é o caso, por exemplo, do princípio da legalidade, a proteção à coisa julgada, ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito.

A imprevisibilidade das decisões proferidas pelo Poder Judiciário enfraquece o Estado Democrático de Direito e a Segurança Jurídica. O Princípio do Livre Convencimento Motivado do magistrado, por exemplo, proporciona ao juiz pleno poder para avaliar as provas, mas sempre guiado e limitado à prudência objetiva e bom senso. O juiz deve sempre se ater à lei, aos princípios, à doutrina e à jurisprudência, baseando-se nessas fontes para fundamentar sua decisão. É apenas a forma pela qual as provas são valoradas de acordo com a consciência do magistrado, de sua apreciação imparcial e, invariavelmente, o juiz deve afastar os pré-julgamentos que possam levá-los a erro. Entretanto, não é o que vem ocorrendo no Brasil.

## O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E A IMPREVISIBILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS

O princípio da segurança jurídica e a imprevisibilidade das decisões judiciais. A imprevisibilidade das decisões judiciais viola o princípio da segurança jurídica em nosso país, trazendo assim a necessidade de estudar quais as soluções e as consequências de tal problema. As possíveis soluções para os problemas apontados como prejudiciais ao desenvolvimento econômico, e o estudo dos precedentes utilizados nos países de common law. A busca pela segurança jurídica e o que fazer para esta não ser violada.

## O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA

Atualmente nas sociedades contemporâneas há a necessidade de discutir-se a respeito da segurança jurídica, a fim de preservar a sua própria sobrevivência, tratando da mesma não só com o intuito filosófico, mas buscando também a sua positivação. Tal preocupação torna-se mais evidente quanto menor é a estabilidade da sociedade.

O princípio da segurança jurídica é um dos princípios basilares do Estado Democrático de Direito, possuindo ligação direta com os direitos fundamentais. Ora, tal princípio tem grandiosa importância, pois se identifica com a busca da justiça.

A segurança jurídica vista como estabilidade e continuidade da ordem jurídica e previsibilidade das consequências jurídicas de determinada conduta, é indispensável para a conformação de um Estado que pretenda ser 'Estado de Direito'. O princípio da segurança jurídica encontra-se implícito em diversos ordenamentos. Já a doutrina considera a segurança jurídica uma expressão do Estado de Direito, por ser um dos seus estruturadores, além de ser um direito fundamental do indivíduo.

O cidadão necessita da certeza de que o Estado e os demais indivíduos se comportarão de acordo com o direito e que os órgãos estatais o respeitarão. Além disso, também é preciso ter a segurança de que haverá previsibilidade na consequência de suas ações, e na necessidade de a ordem jurídica possuir estabilidade. A segurança jurídica é obtida através da consciência jurídica, não sendo possível apontar um principal responsável para a realização da mesma.

O entendimento do Ministro José Augusto Delgado, em seu artigo, é de que, a segurança jurídica, para ser compreendida, deve ser examinada como: garantia de previsibilidade das decisões judiciais; meio de serem asseguradas as estabilidades das relações sociais; veículo garantidor da fundamentação das decisões; obstáculos ao modo inovador de pensar dos magistrados; entidade fortalecedora das súmulas jurisprudenciais (por convergência e por divergência), impeditiva de recursos e vinculante; e fundamentação judicial adequada.

## A SEGURANÇA JURÍDICA NA CONSTITUIÇÃO

Em nossa Constituição encontra-se inserido em diversos princípios que a tutelam, como o princípio da legalidade, da inviolabilidade do direito adquirido, da coisa julgada, do ato jurídico perfeito, embora não trate diretamente em um direito fundamental à segurança jurídica.

Inúmeras são as normas infraconstitucionais onde o Estado tutela a segurança. Visivelmente temos a norma fundamental sobre a inviolabilidade da coisa julgada, do direito adquirido e do ato jurídico perfeito, no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal. Já no Código de Processo Civil, há regras que tratam, por exemplo, da preclusão, para que não haja ato processual fora do tempo previsto em lei.

Entretanto, nos dias atuais, colocar em prática o princípio da segurança jurídica traz uma consciência constitucional ao cidadão. A violação à Constituição Federal pode atingir qualquer um, trazendo desânimo e descrédito em relação às instituições, revelando um pessimismo quando se trata de direitos fundamentais.

Ora, o conhecimento antecipado dos atos e suas consequências permite a estabilidade das relações cotidianas.

## A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA

Aplicar as mesmas resoluções para as teses jurídicas "constitui objetivo universal". Ou seja, um processo não pode depender da sorte, para que seja distribuído neste ou naquele tribunal. Inicialmente, a discrepância na interpretação dos julgadores em seus julgamentos, "desaponta e revolta os destinatários da atividade jurisdicional".

Alguns magistrados, ao invés de se basearem nas provas constituídas aos autos do processo e, em decorrência delas, formar seu *opinio delict*, afastam as provas e não aplicam a lei ou a aplicam erroneamente. Há casos no Brasil em que juizes são pressionados pela mídia de tal forma que sentem obrigados a condenar o réu. E casos em que o magistrado simplesmente afasta as provas constituídas nos autos e condena o réu apenas por interesse pessoal. Um exemplo claro de que alguns juizes decidem sem se basearem nas fontes do direito, mas sim estritamente em seus desejos e propósitos.

O Princípio do Livre Convencimento do magistrado possibilita a insurgência de decisões baseadas em elementos diversos das provas, já que permite ao juiz formar sua convicção sem se ater as provas constituídas no bojo do processo, podendo em determinadas situações afetar a Segurança Jurídica. O princípio do duplo grau de jurisdição, ou seja, o direito do réu de ter a decisão judicial revisada por outro órgão do Poder Judiciário, é uma forma de evitar abusos praticados por magistrados. Portanto, espera-se que os Magistrados tenham mais cautela ao decidirem e se restrinjam as fontes formais do direito, sem serem influenciados pela mídia ou por qualquer outro elemento diverso.

Portanto, a Segurança Jurídica deve ser pensada, primeiramente, na consequência das decisões judiciais, deve traduzir previsibilidade e estabilidade. É imprescindível que casos semelhantes sejam decididos de forma semelhante. Caso o Poder Judiciário não mude o caminho atualmente cursado e continue a alterar orientações jurisprudenciais já pacificadas sem fundamentos válidos, aplicar a lei para alguns e a afastar para outros e julgar influenciados pela mídia a sociedade estará diante de incertezas judiciais que levará cada vez mais a insegurança jurídica no País. A Segurança Jurídica, então, não se limita apenas em garantir previsibilidade às relações jurídicas, mas também abrange a participação do Poder Público na preservação e renovação dessa segurança.

## CONSEQUÊNCIAS DA IMPREVISIBILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS

A infração ao princípio da confiança, com a supressão ou redução de algum direito já adquirido, implica na inconstitucionalidade de todas as medidas que venham a ameaçar o padrão de prestações já alcançado, de acordo com o doutrinador José Joaquim Gomes Canotilho.

Ou seja, é discutido pelo autor Ingo Sarlet o retrocesso havido como consequência da infração do direito fundamental social da segurança jurídica, pois o Estado democrático de Direito impõe tal fundamento.

O ministro José Augusto Delgado afirma: a acentuada imprevisibilidade das decisões judiciais fortalece os males provocados pela insegurança jurídica, contribuindo para enfraquecer o regime democrático. A presença da não uniformidade das decisões judiciais, por inexistência de causas jurídicas justificadoras para a mudança de entendimento por parte dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, gera intranquilidade, tomando-se causa aumentativa dos conflitos. Ofende, de modo fundamental, aos princípios do regime democrático e do respeito à dignidade humana, da valorização da cidadania e da estabilidade das instituições.

Após toda a análise já apresentada a respeito do princípio da segurança jurídica, é possível concluir que a doutrina vem aumentando o estudo sobre o assunto, tendo em vista o crescimento do número de decisões judiciais decididas de forma diferenciada em relação a diplomas legais idênticos incidindo sobre fatos iguais.

Cabe lembrar também, da importância da segurança jurídica na atualidade, nas esferas tributária, penal, cível já que atualmente, a jurisprudência não tem valorizado, em algumas decisões judiciais, o princípio da segurança jurídica, quando emite entendimentos muito divergentes tratando de fatos idênticos.

Tais posicionamentos geram preocupações, por este motivo, o ministro José Augusto Delgado traz em seu texto exemplos, de manifestações contrárias em nossos tribunais.

## OS PODERES DO JUIZ PARA CRIAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS

No Brasil, teoricamente, os juizes possuem certa submissão à lei. Deve ser procurado um apoio, para que possa formar a jurisprudência com base na legislação. Somente em casos excepcionais o magistrado tem o poder de criar alguma regra no direito. Atualmente, muitas vezes o juiz insiste em procurar na lei respaldo para suas decisões, embora o legislador tenha tratado que a lei pode não ter previsto tudo.

Desta forma, é criada a jurisprudência, que possui essencial papel criador.

Ainda, é sempre possível uma mudança na jurisprudência, sem que os juizes estejam obrigados a justificá-la.

Ora, a regra do precedente é rejeitada pela maioria dos magistrados, tendo em vista que este deve ater-se às regras aplicadas num caso concreto, já que, em nosso ordenamento, e em todos os países da família romano-germânica, a referência deve ser doutrinária ou legislativa, limitando-se a estas fontes do direito, que devem ser utilizadas para defender suas decisões, e estes não podem ultrapassar tais limites transformando-se em legisladores quando utilizarem-se dos princípios do direito.

Conclui-se também que a sentença deve atuar ainda que na lacuna ou falta de clareza da lei, ora, neste caso, é quando a sentença, proferida pelo juiz, terá função de aplicar a lei de acordo com as fontes formais do direito, assim:

Por entender que o juiz ao aplicar a analogia e princípios gerais do direito e, conseqüentemente, cumprir sua função obrigatória de sentenciar, exprime atividade quase idêntica à do legislador, passando à formação do direito judicial, ou seja, aquele que vale somente para o caso concreto, distinto do direito legislado, de cuja validade se aplica a todos.

*Código Penal: Art. 1º Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal. Constituição Federal: Art. 5º, Inciso XXXIX Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal e XL A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.*





Juiz Federal Sérgio Fernando Moro

Justiça Federal

# O JUIZ FEDERAL SÉRGIO MORO QUE CONDUZ A MAIOR INVESTIGAÇÃO SOBRE CORRUPÇÃO NO BRASIL AVALIA A INTERLOCUTORES QUE SUCESSÃO DE OPERAÇÕES PODE PROVOCAR DESGASTE ATÉ MESMO NA OPINIÃO PÚBLICA

O juiz federal Sérgio Moro gostaria que a Lava Jato chegasse ao seu fim até dezembro. Ele tem dito a interlocutores que esta é a sua 'expectativa'. Considera que a sequência de desdobramentos da grande investigação pode provocar um desgaste até mesmo na opinião pública que, hoje, presta apoio maciço à força-tarefa da Lava Jato.

"Terminar até dezembro a parte da primeira instância é uma expectativa ou um desejo", disse Moro a uma pessoa próxima.

Mas ele próprio admite que essa é uma meta 'imprevisível'. A cada desdobramento da Lava Jato surgem indicativos de outras tramas ilícitas envolvendo outros agentes públicos e políticos. O que força a abertura de novos procedimentos no âmbito da Polícia Federal e da Procuradoria da República.

Apesar das declarações de solidariedade que têm recebido nas redes sociais e em eventos dos quais participa, o juiz da Lava Jato tem dito a interlocutores que ficou 'consternado' com o que chama de 'manifestações de raiva e intolerância' registradas nas últimas semanas.

Tais manifestações ganharam força sobretudo depois que a Lava Jato conduziu coercitivamente o ex-presidente Lula, no dia 4 de março, para depor nos autos da Operação Aletheia – fase da Lava Jato que investiga o sítio Santa Bárbara, de Atibaia, cuja propriedade é atribuída ao ex-presidente.

A condução coercitiva do petista foi decretada por Moro que, em sua decisão, destacou que não se tratava de uma antecipação de condenação, mas apenas de uma medida necessária para a investigação.

Moro também tem insistido na linha de que a Justiça sozinha não pode ser a solução para a crise política e ética que o País atravessa. Ele acredita que chegou a hora de outras instituições, e também a sociedade, se empenharem para alcançar mudanças importantes que possam levar a um

combate mais eficaz à corrupção e à redução do quadro de impunidade.

O juiz considera que um primeiro passo nessa direção foi dado pelo Supremo Tribunal Federal – em recente decisão, a Corte admitiu execução de prisão de condenados em ações penais quando a sentença é confirmada por colegiado de segundo grau.

A Lava Jato está em sua 28.ª etapa ostensiva – a primeira foi deflagrada em março de 2014. Desde então, vem sendo mantida média superior a uma operação por mês.

A investigação, que inicialmente mirava em quatro grupos de doleiros, desvendou um esquema complexo de corrupção, propinas e cartel de empreiteiras na Petrobrás.

Com a descoberta sobre supostos pagamentos a deputados, senadores e governadores a Lava Jato chegou ao Supremo Tribunal Federal, instância máxima que detém poderes para processar políticos com foro privilegiado.

Delações premiadas, quase cinquenta, são o grande aliado da Lava Jato, mas recebem pesadas críticas de advogados e juristas. Todas as ações penais da Lava Jato na primeira instância estão sob responsabilidade do juiz Moro.

Em uma atuação incomum para os padrões da Justiça brasileira, Moro tem conduzido em ritmo acelerado os processos criminais, impondo pesadas condenações a políticos, doleiros, empreiteiros, operadores de propinas e ex-dirigentes da Petrobrás.

As decisões de Moro têm sido confirmadas pelas instâncias superiores do Judiciário, a partir do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4).

"Considerando os casos que já foram julgados, há uma afirmação de que a vantagem indevida, a propina que era paga nos contratos da Petrobras, era dividida entre os agentes da estatal e os agentes políticos ou partidos políticos que davam suporte à permanência daqueles agentes da Petrobras em seus cargos. Nessa perspectiva, quando isso

foi de fato comprovado, é natural que quem aparece nos processos seja exatamente aqueles agentes políticos que pertenciam à base de sustentação do governo."

"O que acontece: o crime é investigado, se colhem provas desse crime, isso é objeto de uma ação penal e, ao final, o juiz vai julgar, condenando ou absolvendo. O juiz se move pelas provas, pela lei. Não tem nenhuma questão político-partidária envolvida."

"Processo é uma questão de prova. A atuação da Justiça, do Ministério Público e da Polícia não tem esse viés político partidário, em minha opinião. O fato é que, contra quem tenham aparecido provas, têm sido tomadas as providências pertinentes.", disse o juiz Sérgio Moro.

NO SENADO, JUIZ SÉRGIO MORO DEBATE PROJETO DE ABUSO DE AUTORIDADE

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, afirmou nesta quinta-feira 01/12 estar preocupado com o fato de que o projeto de lei de abuso de autoridade, em discussão no Senado, possa servir de instrumento que intimide magistrados, integrantes do Ministério Público e policiais. Segundo Moro, sugestão dele é evitar que essa legislação vire um "elemento de intimidação".

"A ideia é apresentar uma sugestão que evite essa possibilidade ou pelo menos minore essa possibilidade", disse Moro, que antes de participar de uma audiência pública no Senado para discutir o tema deu uma rápida entrevista coletiva na sede da Associação dos Juizes Federais (Ajufe) em Brasília.

O juiz disse que vai sugerir a inclusão de ao menos um artigo do projeto de lei de abuso de autoridade com os seguintes termos: "Não configura crime previsto nesta lei a divergência na interpretação da lei penal ou processual pena ou na avaliação de fatos e provas."

"A ideia é evitar que, a pretexto de se coibir o abuso de autoridade, essas autoridades encarregadas da aplicação da lei, juizes, promotores e policiais, sejam perseguidos apenas por cumprir o seu dever e contrariar interesses poderosos", afirmou.





Waldemiro Livingston de Souza

Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal - APRESEFE

# A HISTÓRIA DE UM VENCEDOR: A LUTA DE “PEIXE” PELOS DIREITOS TRABALHISTAS NO SENADO FEDERAL

**W**aldemiro Livingston de Souza, nascido na cidade de Corinto-MG, chegou a Brasília/DF no ano de 1980. Escolheu Brasília porque tinha familiares morando na Capital e por vislumbrar uma oportunidade de melhorar de vida, arrumar emprego, ajudar sua família e alcançar os objetivos que desejasse.

Na cidade natal trabalhou como ajudante de mecânico e na época viu que na Capital poderia conseguir emprego mais vantajoso, que proporcionasse melhores condições de vida para sua família. O destino logo tratou de ajudá-lo a conseguir um trabalho de mecânico em Brasília/DF. Foi convidado por um amigo da família para trabalhar como mecânico numa oficina que ficava em Taguatinga/DF.

Como mecânico, se destacou ao fazer com desempenhar suas atribuições com destreza e perfeição. Neste momento ele passou a ser reconhecido profissionalmente pelos colegas de trabalho e pelos clientes, instante em que percebeu seu potencial para alcançar lugares mais altos.

O apelido “Peixe” surgiu no ano de 1995, quando ele estava de férias na cidade natal e participou de uma pescaria com seu pai e seu irmão. No dia, eles pescaram um peixe de 1,88 metros. Até então, o maior peixe já pescado em Corinto/MG. Como

toda história de pescador, o caso virou piada. Quando retornou das férias para o trabalho, em Taguatinga/DF, ele contou o fato para seus amigos de trabalho da oficina. Os funcionários, e até mesmo os clientes, da oficina não acreditaram na história e o apelidaram de “Homem do Peixe”. O apelido ganhou forma e, em pouco tempo, ficou conhecido como “Peixe”.

Devido ao seu desempenho como mecânico - ocasião na qual desenvolveu um modelo de carro denominado de “Chepala” (carro Chevette com um motor de Opala) -, “Peixe” cedeu ao pedido de um amigo para desenvolver um “Chepala” idêntico ao seu. Com isso, esse amigo lhe deu uma oportunidade para trabalhar no Senado Federal, no ano de 1997.

“Peixe” agarrou a oportunidade para buscar melhorar de vida.

Ocorre que, por ter vindo de família humilde e ter trabalhado muito para conseguir uma vida digna, “Peixe” percebeu no Senado Federal um campo de atuação para continuar lutando contra o tratamento desrespeitoso e desigual que é dispensado aos terceirizados no Senado.

A primeira luta de “Peixe” em defesa dos direitos dos trabalhadores terceirizados do Senado foi para aumentar o valor do vale-alimentação de R\$ 2,15 para R\$ 5,00, no ano de 1998, época na qual presidia o Senado Federal Antônio Carlos Magalhães (ACM).

Em decorrência desta primeira vitória e da constatação de que a luta alcançaria proporções bem maiores, “Peixe” percebeu a necessidade de se criar uma Associação que defendesse os interesses destes terceirizados, principalmente diante das condutas desrespeitosas praticadas pelas empresas terceirizadas.

Em 20/03/2000, nasce a APRESEFE – Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal com o objetivo de defender a classe trabalhadora dos terceirizados, buscando o respeito à pessoa do terceirizado, bem como o cumprimento da legislação trabalhista que ampara essas relações de trabalho.

As principais reivindicações trabalhistas desta categoria são: a) melhoria salarial; b) aumento do valor do vale-alimentação; c) criação de refeitórios e vestiários; d) evitar demissões injustas dos funcionários; e) pagamento correto de todos os valores garantidos pela legislação trabalhista vigente, especialmente quando da rescisão contratual da empresa terceirizada e continuação do serviço por nova empresa.

A luta da APRESEFE em defesa dos direitos trabalhistas dos terceirizados do Senado continuou na gestão dos presidentes Jader Barbalho, Edison Lobão e Ramez Tebet.



Waldemiro Livingston de Souza, presidente da APRESEFE e o Senador José Sarney, presidente do Senado Federal.



O Senador José Sarney, presidente do Senado Federal e Waldemiro Livingston de Souza, presidente da APRESEFE .

No ano de 2003, quando José Sarney assumiu a presidência do Senado Federal, essa luta se intensificou e ganhou proporções jamais vistas dentro do Senado. Isso se deu em razão da sensibilidade e do senso de justiça do Senador José Sarney quanto às causas envolvendo os trabalhadores terceirizados.

O trabalho de “Peixe” foi reconhecido e ganhou destaque dentro do Senado Federal devido ao apoio de diversos Senadores, principalmente José Sarney, Wellington Salgado, Papaléo Paes, Paulo Paim, José Nery, Cristóvam Buarque, Arhur Virgílio, Eliseu Rezende, Eduardo Azeredo. Demóstenes Torres, Inácio Arruda, Magno Malta, Marina Silva, Garibaldi, Alves, Gim Argello, além dos respectivos Chefes de Gabinete.

Especialmente na gestão de José Sarney, Senador que lhe deu ajuda inestimável, “Peixe” conseguiu diversas vitórias para os terceirizados do Senado, ganhando o respeito e a admiração destes trabalhadores.

A obstinação de Peixe na luta pelos direitos trabalhistas rendeu e ainda rende muitos frutos. Dentre estes podemos destacar:

- 1 - evitou a demissão de 3.500 terceirizados, com o apoio do então Presidente do Senado, senador José Sarney;
- 2 - evitou que 18 vigilantes fossem demitidos;
- 3 - recontração de funcionários demitidos de forma injusta;
- 4 - aumento do valor do vale-alimentação;
- 5 - pagamento correto de todos os valores garantidos pela legislação trabalhista (tais como vale-alimentação, auxílio-transporte, 13º salário etc), especialmente quando da rescisão contratual da empresa terceirizada e continuação do serviço por nova empresa.
- 6 - aumento salarial.

Esse papel importantíssimo desenvolvido por “Peixe” contribui para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, especialmente em relação à classe trabalhadora por ele representada, de maneira que estes trabalhadores venham exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade/categoria fiscalizadora do Poder Legislativo, para que venhamos desfrutar um futuro melhor, com maior dignidade e justiça social.

O trabalho de “Peixe”, através da APRESEFE, ganha ainda mais destaque e importância pelo fato de ser desenvolvido dentro do Poder Legislativo, órgão guardião e garantidor do Estado

Democrático de Direito, que, legitimado pela representação parlamentar, assume a autêntica expressão de poder de um povo.

Nota-se que “Peixe” possui um papel de destaque na luta pelos direitos trabalhistas daqueles funcionários terceirizados que prestam serviço no Senado Federal, cumprindo sua missão de cidadão brasileiro de fiscalizar o Poder Legislativo, indiretamente em nome da sociedade brasileira e diretamente em nome dos funcionários por ele representados.

Essa cidadania participativa pode ser comprovada com a brilhante atuação de “Peixe” na interlocução perante diversos Senadores para que diversas reuniões na defesa dos direitos trabalhistas desses funcionários terceirizados aconteçam durante os trabalhos legislativos do Senado Federal.

A contribuição do “Peixe” é inestimável em razão da importância do serviço terceirizado para a própria manutenção dos trabalhos legislativos. Como é sabido, o funcionamento de qualquer órgão público depende dos serviços prestados pelas empresas terceirizadas, cada um em sua especialidade, tais como limpeza, conservação, segurança etc.

O trabalho é árduo e cansativo, e a maior dificuldade que “Peixe” encontra é a falta de sensatez e sensibilidade dos empresários, gestores dos contratos, supervisores e encarregados.

Para conseguir as reivindicações dos terceirizados – sempre através de muita luta - “Peixe” conta com o apoio de Senadores defensores das causas trabalhistas. Ele procura estabelecer o diálogo e a mediação entre as partes envolvidas. Procura sempre o apoio dos Senadores e marca diversas reuniões no intuito de se formular uma ou mais propostas de acordo.

“Peixe” não revela o segredo para se obter esse alto nível de acordos, sendo que não possui nenhum curso de técnicas conciliatórias. Pelos comentários oriundos dos próprios funcionários por ele representados, seu carisma, sua simpatia e sua dedicação em ajudar a classe trabalhadora com certeza fazem parte deste segredo.

Uma coisa é certa: apesar de não possuir técnicas conciliatórias, “Peixe” possui virtudes conciliatórias. A paciência, para não desistir de chegar a um acordo; a humildade, para não se sentir afrontado por eventuais

ofensas das partes, desgastadas por sucessivos insucessos em tratativas diretas; o conhecimento a respeito dos direitos trabalhistas desses terceirizados, adquirido muito mais em razão de sua experiência de vida do que de estudos jurídicos; o discernimento, para entender o que pode ser melhor para cada parte, encontrando os pontos sensíveis e sabendo explorá-los convenientemente; a objetividade, para enxugar os pontos divergentes e que efetivamente influenciam na negociação e possível acordo; a transparência, para que as partes envolvidas percebam que o objetivo final é buscar um ponto de equilíbrio justo entre suas pretensões; o bom humor, para saber rir e descontrair os ânimos quando acirrados em face de recusas e intransigências mútuas.

Criou-se o hábito por parte das empresas terceirizadas de não efetuar os pagamentos devidos aos terceirizados quando da rescisão contratual ou término do contrato de prestação de serviço (tais como 13º salário proporcional, férias proporcionais, 1/3 de férias proporcional etc), causando prejuízos de natureza alimentar para a categoria.

Recentemente, “Peixe” conseguiu mais uma importantíssima vitória na defesa dos terceirizados. Com o apoio do Senador Paulo Paim, conseguiu que o Senado Federal pagasse as verbas rescisórias garantidas pela legislação trabalhista aos terceirizados de serviços gerais, em decorrência da inadimplência da empresa que teve seu contrato de terceirização rescindido.

Em reconhecimento ao seu trabalho, a Chefe imediata de “Peixe”, Ana Luisa Almeida Oliveira (Chefe de Gabinete da Liderança do PTB), concedeu-lhe certificado de mérito pela sua luta em defesa dos mais humildes.

Agradecimentos:

À família Souza,  
 À minha filha Taciane Priscila Mendes de Souza,  
 À secretária Ticiane Gonçalves Sales,  
 À dra. Márcia Roquete, advogada do Senado Federal,  
 À Myriam Machado, servidora do Senado Federal,  
 Aos Senadores que lutam pelas causas trabalhistas,  
 À minha equipe de trabalho da Liderança do PTB,  
 Aos amigos Danilo da Silva Mendes e Fabio Moreira.

Toda honra e toda glória a Deus!



Ana Luísa Almeida Oliveira (Chefe de Gabinete da Liderança do PTB), concede certificado de mérito ao “Peixe” Waldemiro Livingston de Souza, presidente da APRESEFE.

# PARCERIA CONFIRMADA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO DE RESPOSTA DE DROGAS - AMOR PELA VIDA TEM O APOIO INABALÁVEL DO MUNDO

“ ESSE PROJETO SOCIAL TEM POR OBJETIVO SALVAR CENTENAS DE USUÁRIOS DE DROGAS, BRASILEIROS E ESTRANGEIROS, ATUANDO NA PREVENÇÃO AO USO, NO TRATAMENTO DO VICIADO EM DROGAS E NA REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS. SERÁ UM CENTRO DE REFERÊNCIA NA AMÉRICA LATINA, ATUANDO NAS ÁREAS DE TRATAMENTO, ENSINO E PESQUISA SOBRE DROGAS, COM FOCO NA RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS. ”



“ PROJETO SOCIAL CONTRA AS DROGAS, É EXTREMAMENTE IMPORTANTE PARA RESOLVER UM DOS MAIORES E MAIS GRAVES PROBLEMAS ENFRENTADOS POR MUITAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: A DEPENDÊNCIA DE DROGAS. ”



*Save your life forever*

O Pianista e Maestro João Carlos Martins com o Dr. Josué dos Santos Ferreira,  
Presidente do Conselho Antidrogas do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

# RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CLÍNICA DE TRATAMENTO DE DEPENDENTES MUNDIAMENTE CONSAGRADO PIANISTA E MAESTRO JOÃO CARLOS MARTINS.



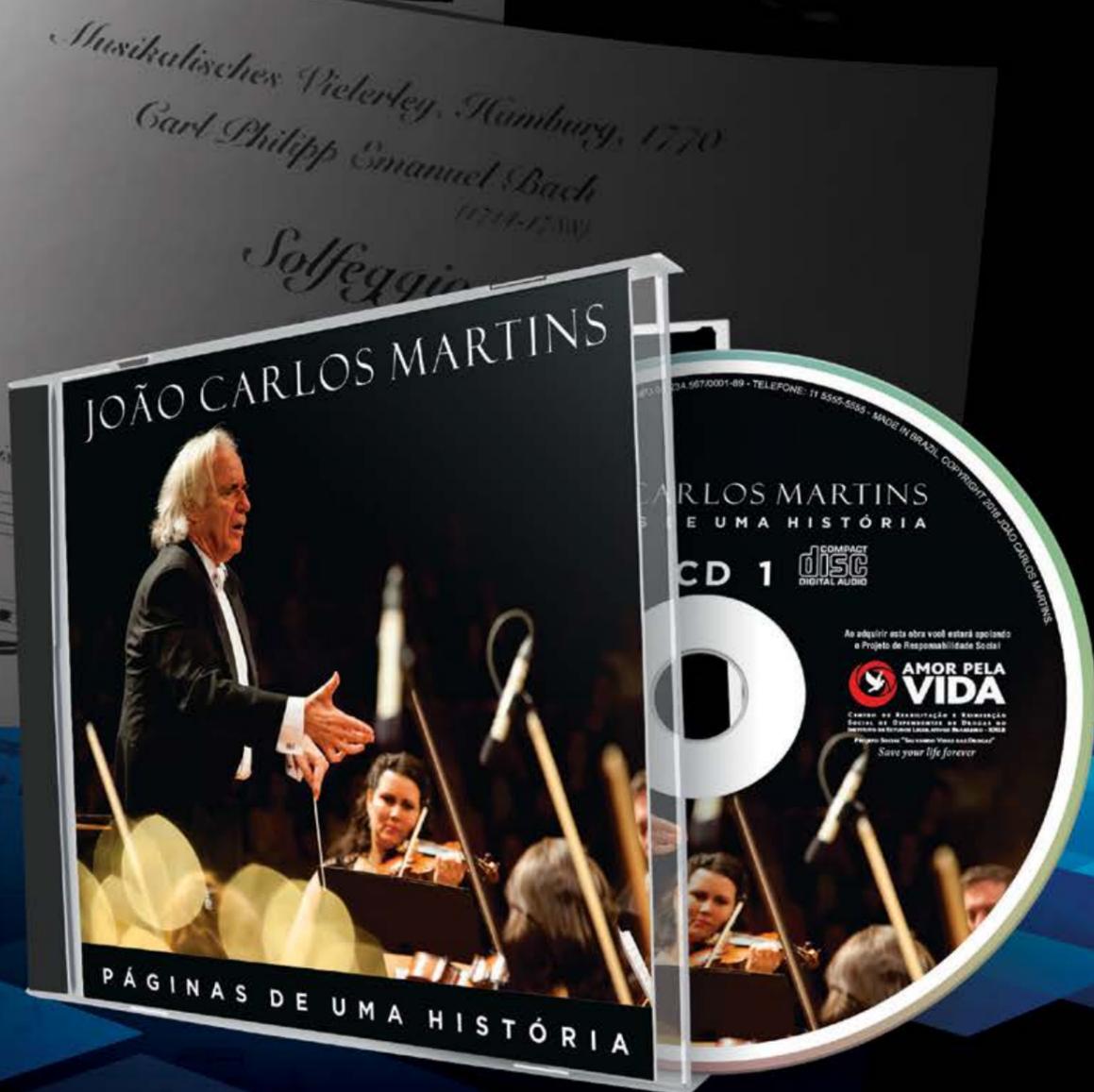
“

FAÇO UM APELO A VOCÊ.

PARTICIPE TAMBÉM DESTA IMPORTANTE AÇÃO SOCIAL DE COMBATE ÀS DROGAS. DIVULGUE ESTA MENSAGEM ENTRE SEUS FAMILIARES E AMIGOS. AO ADQUIRIR A OBRA, PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA, TODOS IRÃO COLABORAR PARA A REALIZAÇÃO DE UM SONHO: SALVAR CENTENAS DE VIDAS DAS DROGAS POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS AMOR PELA VIDA.

MUITO OBRIGADO PELO SEU IMPORTANTE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DESTE SIGNIFICATIVO PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EM BENEFÍCIO DO BRASIL.

”



Para contribuir com este Projeto Social, compre o CD PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA do mundialmente consagrado Pianista e Maestro João Carlos Martins. Para mais informações, acesse: [www.idelb.org.br/amorpelavida](http://www.idelb.org.br/amorpelavida)

CONHECER A HISTÓRIA DO LEGISLATIVO É A MELHOR FORMA DE PERPETUAR A DEMOCRACIA E GARANTIR OS DIREITOS DO CIDADÃO.



## A HISTÓRIA DO PODER LEGISLATIVO DO BRASIL ATRAVÉS DO TEMPO (1826-2009)

Obra única em seu segmento, o livro tem como meta resgatar a essência histórica do Poder Legislativo do Brasil, trazendo fatos sobre os hebreus, romanos, americanos, ingleses, portugueses e brasileiros desde 1826 até 2009.

**A História do Poder Legislativo do Brasil Através do Tempo (1826-2009)** é um verdadeiro instrumento de preservação da cultura e da cidadania nacionais, levando ao conhecimento do leitor, os pilares da democracia global.



SECRETARIA DE  
**FOMENTO E  
INCENTIVO À CULTURA**

MINISTÉRIO DA  
**CULTURA**



# Responsabilidade social para um Brasil melhor.



O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro - IDELB acredita que somente com muito trabalho, planejamento, determinação e eficiência é que alcançaremos resultados consistentes que contribuam para o desenvolvimento de nosso país.

Desde 2003, de acordo com o conceito de responsabilidade social, o IDELB conquistou tradição, credibilidade e uma história de grandes realizações pelo Brasil, visando a um futuro melhor para todos.

Acesse [www.idelb.org.br](http://www.idelb.org.br) e saiba mais.



**IDELB**

INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO

*Orgulho de contribuir, há 13 anos, para o desenvolvimento do Brasil.*



**AMOR PELA  
VIDA**

# Faça parte desta história!

**Sua empresa pode financiar a  
construção do nosso Centro de  
Reabilitação e Reinserção Social de  
Dependentes de Drogas  
Amor pela Vida, criado pelo IDELB.**

**Um centro de referência na América  
Latina com atuação nas áreas de  
tratamento, ensino e pesquisa para a  
recuperação de dependentes de drogas.**



**CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO  
SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS DO  
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO - IDELB**

**PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS"**

*Save your life forever*

**Para mais informações, acesse: [www.idelb.org.br/amor\\_pela\\_vida.php](http://www.idelb.org.br/amor_pela_vida.php)**

AS DOAÇÕES PARA O PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS" TÊM AMPARO LEGAL NO ART. 68 DA LEI FEDERAL Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006, QUE INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – SISNAD. O REFERIDO ARTIGO É CONTEMPLADO PELA SEGUINTE REDAÇÃO: "A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS PODERÃO CRIAR ESTÍMULOS FISCAIS E OUTROS, DESTINADOS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS QUE COLABOREM NA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE DROGAS, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES E NA REPRESSÃO DA PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS".

# RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA UM FUTURO MELHOR

Após dez anos de existência e de muitos trabalhos sociais realizados em prol do desenvolvimento do Brasil, o Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB criou o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas, denominado AMOR PELA VIDA, destinado a salvar a vida das pessoas usuárias de drogas brasileiras e estrangeiras, com vistas à prevenção do uso de drogas, ao tratamento do viciado em drogas, à reinserção social de usuários de drogas e o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA tem por missão a promoção social no campo da proteção da vida, valorização e defesa da saúde, dando ênfase à criação e ao funcionamento de unidades de ensino, de pesquisa e de assistência, trabalhando para o desenvolvimento e o fortalecimento social do Brasil. O AMOR PELA VIDA tem como atuação estratégica os seguintes pilares:

- I – o tratamento de dependentes de drogas;
- II – a inclusão social de dependentes de drogas;
- III – a instituição de sistemas e tecnologias de apoio à pesquisa e ao ensino;
- IV – a instituição de cursos profissionalizantes em nível técnico na área da saúde voltados ao conhecimento em prevenção às drogas.

O trabalho de combate às drogas que vem sendo realizado pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro teve início com ações concretas em 2004, 2007 e 2012.

Destacamos abaixo os trabalhos que foram realizados pelo IDELB na área de combate às drogas:

– I Fórum Brasileiro de Estudos e Debates contra a Violência e a favor da Reabilitação do Cidadão Dependente de Drogas (<http://www.idelb.org.br/forum2004>);

– I Simpósio Nacional sobre o Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas (<http://www.idelb.org.br/simposio2007>);

– lançamento da Campanha Institucional de Combate às Drogas, voltada à Proteção à Vida da Criança e do Adolescente com Educação Preventiva nas Escolas sobre o Uso Indevido de Drogas (<http://www.idelb.org.br/images/PDF/antidrogas.pdf>).

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro cumpre mais uma vez sua meta de promover a responsabilidade social para um futuro melhor com a criação do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA. Trata-se de um projeto-piloto de um laboratório clínico psiquiátrico de referência na América Latina, tendo por objetivo promover diversas iniciativas nas áreas de ensino e pesquisa clínica com avanço científico e tecnológico na área de saúde, voltado ao tratamento de dependentes de drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA projeta em seu primeiro ano de funcionamento acolher para tratamento cerca de 360 usuários de drogas, visando integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack e outras drogas e contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis: crianças, adolescentes e população em situação de risco.

A iniciativa social de criar o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA é parte integrante do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", realizado pelo

IDELB em 2009, dando apoio ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, implantado pelo Governo Federal em 2010, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O projeto arquitetônico do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA foi elaborado por um dos melhores e mais renomados arquitetos do Brasil, o professor Jorge Munif Abussamra, graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Judas Tadeu, que tem em seu vasto currículo profissional inúmeros trabalhos consagrados, destacando-se a Torre João Salem, que recebeu o VII Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, o maior prêmio de Arquitetura da América Latina.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA convidou a Matec Engenharia, uma das melhores e mais modernas construtoras do Brasil, com reconhecida e sólida participação no mercado nacional, ganhadora de dezenas de prêmios por sua excelência e qualidade profissional na realização de suas obras, para participar do projeto, fazendo a construção do empreendimento social.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA será construído em uma área total de 5.700 m<sup>2</sup>, no município de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, que terá uma área construída de 4.000 m<sup>2</sup> para acomodar cerca de 60 quartos, sendo dois pacientes por acomodação. A instituição terá, no total, 120 pacientes por tratamento, que terá, em média, quatro meses de duração. Serão acolhidos, portanto, por ano cerca de 360 usuários de drogas para realização de tratamento clínico psiquiátrico especializado.

Com o objetivo de cumprirmos nossa missão de melhorar e ampliar o desenvolvimento da saúde pública no Brasil com o tratamento de dependentes de drogas, com o firme propósito de reintegrá-los na sociedade, promover infâncias saudáveis e de saúde e bem-estar social, buscamos firmar parcerias com empresas, governos, organizações não governamentais e cidadãos.

Pedimos sua importante contribuição financeira para que possamos viabilizar a construção do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, por meio de doações financeiras depositadas em conta bancária específica em nome do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", conforme os seguintes dados:



Banco do Brasil S/A  
Conta corrente nº 20.098-0  
Agência nº 2962-9 – Faria Lima – SP  
Beneficiário: **Projeto social "Salvando Vidas das Drogas"**  
CNPJ/MF nº 05.527.226/0001-69

Nosso trabalho social encontra amparo legal no art. 68 da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). O referido artigo é contemplado pela seguinte redação: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas".

Nenhum caminho de flores conduz à glória. Vamos superar os obstáculos com a força de nossa coragem, enfrentando as vicissitudes e dando alento ao povo sofrido, vítima das brutais desigualdades sociais.



Perspectiva artística da fachada do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, criado pelo IDELB.



# AMOR PELA VIDA

CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO  
SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS DO  
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO - IDELB

PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS"

*Save your life forever*

Proteção à Vida da  
Criança e do Adolescente  
Educação Preventiva nas Escolas  
sobre o Uso Indevido de Drogas



**Dr. Josué dos Santos Ferreira**

Presidente do Conselho Antidrogas do  
Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB  
E-mail: [presidente@idelb.org.br](mailto:presidente@idelb.org.br)



**IDELB**

INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO

*A* arte de fazer e promover ações de  
responsabilidade social para um Brasil melhor.

[www.idelb.org.br/amorpelavida](http://www.idelb.org.br/amorpelavida)



*Save your life forever*